

## ETNÔNIMOS AFRICANOS E FORMAS CORRENTES NO BRASIL

YEDA PESSOA DE CASTRO, DO SETOR DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS  
DO CEAQ

*Publicado em São Paulo, em 1932 — vinte e seis anos após a morte do autor (Paris, 1906) — na Coleção Brasileira, série 5.ª, vol. 9, com revisão e prefácio de Homero Pires, Os Africanos no Brasil, de Nina Rodrigues, tornou-se livro de consulta obrigatória pelos elementos etnográficos que fornece. Os pontos a merecerem revisão, atualização ou acréscimo — trinta e sete anos são passados da sua primeira edição — virão enriquecer mais ainda esta obra de indiscutível valor para a historiografia brasileira(1).*

A maior dificuldade encontrada na determinação de certas etnias ou grupos étnico-culturais para cá trazidos durante a escravidão é devida em parte ao tratamento que têm recebido os etnônimos de origem africana no Brasil, especialmente aqueles não correntes na linguagem oral e só conhecidos através de textos ou entre os mais conservadores adeptos dos cultos religiosos afro-brasileiros.

Se os papéis oficiais referentes ao tráfico não fossem destruídos, destruídos, em 1890, pelo Ministro da Fazenda, ou se, um dia, for possível encontrar os manuscritos que restaram esquecidos em mãos de particulares e até mesmo em arquivos públicos, pelas áreas onde houve uma concentração maior de escravos(2), não haveria praticamente problemas. Tratando-se, porém, de simples relações escritas, a compreensão de alguns nomes etnias a depender não só de dados etno-históricos, mas sobretudo de uma análise lingüística. A palavra escrita, guiada naturalmente por aquilo que se julgou ouvir da expressão oral, dificilmente traduz o que na verdade foi dito, ainda mais quando partem de falantes com sistema fonológico completamente diferente do nosso. E as línguas africanas, além de tonais, apresentam inúmeras variantes dialetais de pronúncia, às quais

---

N. do A. — Este artigo resultou de pesquisas sobre a influência africana na Bahia, destacando-se os africanismos do Português do Brasil, já em fase de classificação, que contou com a ajuda financeira do Centro Brasileiro de Estudos Superiores.

(1) A segunda edição (1935) e a terceira (1945) se encontram esgotadas. As nossas referências são para a primeira edição. Quando não, indicaremos.

(2) Na cidade de Cachoeira (Recôncavo da Bahia), numa busca feita pela Prof.ª Lourdes Ribeiro, para o Centro Brasileiro de Estudos Superiores, foram encontrados, no arquivo municipal, manuscritos referentes ao tráfico e à escravidão, entre os quais um recenseamento, presumivelmente da segunda metade do século XIX, onde se lê nome, idade, procedência do escravo, etc.

devemos certas designações regionais aplicadas aos escravos no Brasil (*Rebolas*, p. e., de *Libolos*).

Resultou, hoje, de transcrições arbitrárias de informações orais e de outras tantas sugeridas por falsas procedências, por basearem-se em mera semelhança gráfica (*Monjofo* por *Monjolo*)<sup>(3)</sup>, sem falar das copiadas de textos estrangeiros (*Joruba* por *Iorubá*), a variedade de formas ocorrentes para um mesmo etnônimo africano em nossa literatura específica, e que tem contribuído para confundir a todos nós.

Nina Rodrigues, o primeiro a chamar a atenção para o fato, chegou a propor uma escrita para alguns nomes, pressentindo as dificuldades que poderiam advir daí, no futuro, quanto a determinar-se a origem dos africanos introduzidos no Brasil, por aquelas que êle tivera no momento, embora contasse com informações pessoais de africanos natos sobre a procedência de cada um isoladamente.

Parece-nos, portanto, válido e até imperativo, retomar o estudo a partir dêste ponto, pela revisão ortográfica dos etnônimos que se encontram em *Os Africanos no Brasil*, cuja última edição, ainda que publicada em 1946, após a reforma sofrida pela nossa ortografia (1943/45), poucas modificações apresenta em relação às duas outras antecedentes (1932 e 1936).

O nosso propósito, ao discutir a adaptação morfológica em português, é propor esta revisão, na tentativa de justificar as formas já consagradas pelo uso e destacar dentre aquelas sobre as quais ainda pairam dúvidas — basta ver como aparecem confusamente transcritas em nossa literatura específica ou comparar os verbetes nos dicionários — uma que, por melhor acomodar-se à realidade das línguas a serem abordadas e da nossa mesma, poderá sugerir a forma gráfica mais aconselhável. Pondo disciplina na escrita, muito provavelmente estaremos a prevenir outros tantos equívocos de interpretação, e até omissões, motivados pela leitura do texto.

Embora se trate de um simples estudo de ortografia, o seu entendimento implicará em considerações fonético-morfológicas das línguas africanas em comparação com o português, particularmente o falado no Brasil, possibilitando a identificação de grupos que NR não conseguiu determinar ou o fez sem acerto por não dispor, na época, das informações que hoje possuímos. Nestes casos, a literatura dedicada a estudar africanos no Brasil ou, como êle, se omite, ou incondicionalmente o repete, a abordar o assunto de um ponto-de-vista mais etnográfico ou histórico, quando a matéria de estudos do negro no Brasil é interdisciplinar e não deve descuidar-se do auxílio que lhe pode dar a interpretação lingüística sistemática e analítica.

O próprio NR advertia "que para nós a maior dificuldade de conhecer a influência dos Negros não vem de que tivesse sido uma ou pou-

---

(3) Guilherme de Souza Castro, *Monjolos, hipótese sobre a origem de um etnônimo africano no Brasil*, inédito.

cas as línguas indígenas e numerosas as de África. E sim, de que em regra continuamos a ignorar tudo o que diz respeito às últimas, até mesmo a simples determinação daquellas que aqui foram falladas" (pág. 190).

Um levantamento léxico-estatístico do vocabulário africano remanescente entre os adeptos dos cultos religiosos afro-brasileiros, como o que presentemente realiza a equipe do Setor de Estudos Lingüísticos do CEAO pelo Recôncavo da Bahia<sup>(4)</sup>, mais a análise da origem dos *africanismos* do nosso léxico, parece ser o meio mais provável de conseguir-se saber quais as línguas africanas faladas aqui, um dia. E como, em geral, o nome das línguas coincidia com o nome do povo que as falava, estaremos mais próximos de determinar os grupos étnico-culturais de origem africana entre nós.

A etapa seguinte será buscar, no panorama etnolingüístico africano, os possíveis motivos que teriam dado margem ao aparecimento de tal ou qual designação no Brasil, e as influências, que teria sofrido do português, para tomar a forma como é escrita.

Sabemos ser tarefa perigosa a revisão ortográfica na variedade de formas ocorrentes para os etnônimos africanos com a pretensão de destacar uma, entre elas, que possa ser tomada como ponto-de-partida para a sua escrita definitiva. Entre as muitas razões, ainda que as línguas africanas tivessem grafia própria — só recentemente para algumas, como a iorubá, tem-se utilizado certas convenções, mas que não se encontram em nosso parque gráfico — ninguém estaria obrigado a conhecê-las todas, e, caso contrário, o seu emprêgo viria certamente criar dificuldades técnicas de impressão e sobretudo na leitura. Tentar adotar a forma original, pelas mesmas razões que uma transcrição fonética, além de não fazer sentido (estariamos fugindo às normas do *Acôrdo Ortográfico*) seria evidentemente muito mais complicado. Ficamos entre recopiar os autores ingleses e franceses ou tentar a adaptação morfológica em português.

Não somos de todo contrários à primeira hipótese, contanto que nos definamos ou pela grafia inglesa ou francesa, conforme seja o caso de território de uma ou de outra língua, e a sua transcrição não crie dificuldades na leitura, como Ewê, Twi, Kwa, etc. Todavia, se há condições e elementos para fazer-se um estudo comparativo de traços fônicos das línguas africanas e da portuguesa do Brasil, a solução se encontra, conseqüentemente, na adaptação morfológica, como de resto fazem, de certa maneira arbitrariamente, os autores estrangeiros dentro de suas próprias línguas, e os portugueses, para as faladas em Angola e Moçambique. Ademais, alguns etnônimos, por conhecidos somente assim no Brasil, poderão ser classificados entre os *brasileirismos* de origem africana ou *africanismos* do nosso léxico, para onde passaram tomando, por inevitável, uma roupagem brasileira.

---

(4) "Pesquisas em Processo no Brasil", IBBD, Rio, 1968, pág. 299, n.º 622, in Filologia. Este trabalho contou também com a ajuda financeira do Centro Brasileiro de Estudos Portugêses da Universidade de Brasília.

Parece-nos, então, o mais aconselhável, considerar os nomes correntes na linguagem oral ou entre o *povo-de-santo*, e dar, tanto quanto possível, às formas encontradas em textos um tratamento igual ao que tiveram os demais *africanismos*. Caso se afastem muito daquilo por que é mais conhecido em África, poderíamos indicar entre parênteses ou em nota, ao lado da transcrição portuguesa, a outra forma, se houver, ou a forma escrita em língua inglesa, francesa ou alemã, conforme seja, o que viria facilitar a identificação imediata. Indicaríamos: *Rebolos (Libolos)*.

Tirante as formas tomadas por NR a autores estrangeiros, para melhor entender-se a adaptação morfológica dos etnônimos de origem africana entre nós, o que até certo ponto se aplica aos *africanismos* do Brasil, é necessário dividir o estudo em duas partes:

- I. a parte que diz respeito à *silaba tornada tónica em português*, diretamente ligada à dicotomia *língua tonal/não-tonal*, e à conservação do *limbre vocálico* na palavra de origem;
- II. a parte da adaptação morfológica propriamente dita, em relação com a fonética e a morfologia de cada língua referida e de suas variantes dialetais em comparação com a portuguesa, problema a ser encarado segundo as normas do *Acôrdo Ortográfico* de 1943, ratificado em 1945, assinado entre Brasil e Portugal, ainda em vigor, e do *Practical Phonetics for Students of African Languages* (5), com base naturalmente nas recomendações do *Memorandum on Orthography* de The International Institute of African Languages and Cultures (1.ª edição, 1926; 2.ª edição, 1930).

### I. Os tons e a silaba tónica.

As línguas africanas faladas no Brasil e que diretamente influíram na cultura brasileira e, em particular, na língua portuguesa do Brasil, eram línguas tonais. Não se entenda daí que todos os africanos falavam línguas tonais, mas o fato de procederem de grupos falantes de línguas tonais aquélas cujas culturas marcaram profundamente o nosso processo de formação histórico-social, haja visto a sua evidente influência na realidade brasileira de hoje.

Conhecidas pelos nomes tradicionais de *língua bantas e sudanesas*, mas já classificadas por Greenberg em *Studies in African Linguistic Classification* (6) dentro de um só grupo por êle denominado de *Niger-Congo*, entre elas se destacaram o IORUBÁ da Nigéria Ocidental e do Daomé Oriental, o FON do Daomé — línguas do grupo *Kwa* da Costa Ocidental da África — na classificação de Westermann e Bryan em *Languages of*

(5) Diedrich Westermann e Ida C. Ward — *Practical Phonetics for Students of African Languages* — International African Institute — Oxford University Press, Londres, 3.ª edição.

(6) Joseph H. Greenberg — *Studies in African Linguistic Classification*, Northwestern University, Brandford, Connecticut, 1965, pág. 6. Idem, *The Languages of Africa*, Indiana University, Bloomington, 1966, pág. 6.

*West Africa* (?), também aceita por Greenberg, o QUIMBUNDO é o QUICONGO de Angola e do Congo; o UMBUNDO de Angola; o MACONDE e o MACUA de Moçambique, classificadas tanto por Guthrie em *The Bantu Languages of Western Equatorial Africa* (8), como ainda por Bryan em *The Bantu Languages of Africa* (9), como do grupo Banto.

2. No Brasil, algumas tomaram designações regionais ou conservaram as "alculhas" por que já eram conhecidas em África por vizinhos ou por grupos menores dentro do seu próprio, em grande parte as mesmas para nomear o grupo cultural que delas fazia uso, enquanto a maioria ficou conhecida por uma designação muito ampla, geralmente englobando diferentes grupos culturais e lingüísticos, tomada da região de embarque de África, de escravos das mais variadas procedências.

Assim NAGO, como são chamados os IORUBA no Brasil, segundo M. P. Mercier (10) é uma alcunha pejorativa (de "anàgó", os *piolhentos*), dada pelos Fon aos Iorubá do Daomé Oriental, seus vizinhos. TAPA é o nome Iorubá e Fon para NUPE (11). Os povos de língua Fon do Daomé são os JEJE no Brasil — viria de "àjèji", o estrangeiro, o forasteiro (Abraham, s.v.), segundo Vivaldo da Costa Lima (12). QUICONGO, os CONGO. QUIMBUNDO e UMBUNDO, os ANGOLA, MACUA e MACONDE, os MOÇAMBIQUE. MINA, os povos de língua EWE do Togo e Daomé (do grupo Kwa), segundo Pierre Verger, provenientes dos portos ao longo da Costa do Daomé (13), mas que teriam emigrado, na opinião de Vivaldo da Costa Lima, da região de Mina (Gana) para a região de Minas (entre os atuais Togo e Daomé), nas vizinhanças, portanto, de onde se encontra o forte de São Jorge da Mina, outrora importante entreposto comercial, construído pelos portugueses, no século XVI, na antiga Costa do Ouro, localização esta que teria levado NR a identificar "Minas... negros de língua Tshi e Gá da Costa do Ouro" (pág. 178).

3. Utilizavam-se de tons, isto é, das variações relativas da altura da voz, para darem aos vocábulos valores significativos e diferenciais, que as do grupo Kwa conservam, a grande maioria da Costa Ocidental de África

---

(7) Diedrich Westermann e M.A. Bryan — *Languages of West Africa*, Oxford University Press, Londres, 1953, pág. 77.

(8) Malcolm Guthrie — *The Bantu Languages of Western Equatorial Africa* — International African Institute, Oxford University Press, Londres, 1953, pág. 76.

(9) M.A. Bryan — *The Bantu Languages of Africa* — International African Institute, Oxford University Press, Londres, 1959, págs. 66 e 168.

(10) M.P. Mercier — in *Études Dahoméennes*, Institut Français d'Afrique Noire, Gouvernement du Dahomey, Centre IFAN, 1954, pág. 12.

(11) *Peoples of Niger-Benue Confluence*, International African Institute, 1955, pág. 17.

(12) A opinião do Prof. Vivaldo da Costa Lima foi expressa no seu curso sobre "Culturas e Etnias Africanas no Brasil" ministrado no CEAQ, em 1966.

(13) Pierre Verger — *O Fumo da Bahia e o Tráfico dos Escravos no Golfo de Benim*, Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, 1966, pág. 12.

(Akan, Ewé, Efik, Ibo), com tôdas as combinações possíveis ao sistema de cada língua: alto, baixo, médio, ascendente, descendente, etc.

A sua transcrição, à medida que vão sendo estudadas, tomando uma escrita com caracteres latinos, varia muito de acôrdo com a preferência de quem as estuda por algum sistema convencional de representação. O mais recomendado tem sido o do *Memorandum on Orthography*. Os tons alto e baixo são representados pelos sinais diacríticos que, em português, correspondem aos acentos agudo (á) e grave (à), enquanto a ausência de sinal indica tom médio (a).

á — tom alto  
à — tom baixo  
a — tom médio

Em iorubá, estas convenções já se tornaram usuais no ensino da língua. No *Iwe Ekini li ede Yoruba*, por exemplo, livro para principiantes adotado pelas escolas da Nigéria Ocidental, a lição 27, da página 19, traz:

“(‘) àmi ohùn èke: gbé, ró, fò  
(‘) àmi ohùn isale: rò, wò, sùn” (14)

Em outras línguas, tal não acontece. Abraham, que no dicionário de iorubá adverte “As usual, high tone is marked. Low tone is marked. Mid-tone is characterised by the absence of any marking” (pág. x), no de hauçá, e sem dizer os motivos, preferé:

a — tom alto : kai ; a tom baixo : Shi

Não importa como sejam marcados os tons, conquanto se façam conhecer as convenções de uma explicação prévia. Para um estudo completo, como o que nos propomos a fazer, confiados principalmente em informações bibliográficas, por não haver condições de toda a ordem para realizarmos pesquisas *in loco*, a marcação dos tons na escrita é de fundamental importância. Eis a razão das nossas dificuldades quanto às línguas bantas de territórios portugueses.

4. O fato talvez de virem sendo estudadas com objetivos imediatos, de preferência por missionários e funcionários administrativos, mais preocupados em acomodá-las à estrutura lingüística do português, as suas gramáticas e dicionários sòzinhos não nos oferecem meios suficientes para discutir o problema como o fazemos com as línguas da Costa Ocidental de África, onde também vivemos por dezoito meses consecutivos (15), e cujo tratamento tem merecido um rigor científico maior do que as lín-

(14) *Iwe Ekini li ede Yoruba* — C.M.S. Bookshop, Lagos, 1961.

(15) Janeiro de 62 a junho de 63, na Universidade de Ife, Nigéria Ocidental, como enviada do CEAO e da Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

guas bantas de Angola e Moçambique, tratamento êste já reclamado, há algum tempo, por Rodrigo de Sá Nogueira em *Da Importância do Estudo Científico das Línguas Africanas* (16). Pela maneira não muito precisa e até contraditória de o problema da *acentuação* ser referido naturalmente em termos de *intensidade* ou *entoação*, percebe-se que as línguas em caso foram tonais e de certa forma ainda o são. Este detalhe nos é particularmente importante, *dai* a razão de estendermos um pouco o assunto, sem o propósito de crítica.

Um exemplo tirado da recente *Gramática Umbundu* do P. José Francisco Valente (17):

“O que a gramática tshiluba chama “tons musicais” mas palavras homógrafas que mudam de sentido segundo a acentuação que se lhes dá, graves ou esdrúxulas (o grifo é nosso), por exemplo:

kujika, enterrar — kujika, estar presente  
kubala, abrir — kubala, ler

tem correspondência em bundo, não na mudança do acento, mas na pronúncia da vogal da penúltima sílaba. Em bundo o acento grave permanece na palavra (os grifos são nossos), embora a vogal que devia e é acentuada seja átona (breve, sim, mas grave): longa — onjila, pássaro; breve — onjila, caminho, etc.”

Comparemos, agora, o que dizem, a respeito do quimbundo, as gramáticas de José Luiz Quintão, de 1934 (18), e a do P. António da Silva Maia, de 1964 (19):

“Os acentos são três: agudo, grave e circunflexo. O acento agudo indica: 1.º — nos monossílabos, que o vocábulo não é enclítico; 2.º — no final de qualquer vocábulo, que êste é agudo; 3.º — na antepenúltima, que o vocábulo é exdrúxulo; 4.º — na penúltima: *entoação particular de parónimo* (o grifo é nosso)”.

“As sílabas (sons pronunciados com uma só emissão de voz), das palavras em Quimbundo são *pronunciadas todas com tal clareza* (grifo nosso) que à primeira vista parece nenhuma estar acentuada. Há, porém, sílabas acentuadas dentro das palavras e que só se aprende a fazer e a distinguir com o uso e a prática da língua”.

5. Na verdade, para nós, não é muito fácil o reconhecimento dos tons em uma língua africana (20).

(16) Rodrigo de Sá Nogueira — *Da importância do estudo científico das línguas africanas*, Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, 1959, pág. 234.

(17) P. José Francisco Valente — *Gramática Umbundu* — Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, 1964, pág. 27.

(18) José Luiz Quintão — *Gramática Kimbundo* — Edições Descobrimento, Lisboa, 1934, pág. 13.

(19) P. António da Silva Maia — *Lições de Gramática de Quimbundo* (Português e Banto), Angola, 1964, pág. 6.

(20) Ida C. Ward, *Practical Suggestions for the Learning of an African Language in the Field*, International African Institute, Oxford University Press, 1960, in Memorandum XIV.

Primeiro, o valor relativo dos tons: um mesmo tom alto poderá realizar-se sobre diversas alturas, de sorte que uma língua que possui três tons, p. e., pode muito bem apresentar uma dezena de realizações diferentes<sup>(21)</sup>. Segundo, a *altura* é um traço utilizado pelas línguas não tonais, mas sem valor distintivo, porque a *intensidade* (voltaremos ao assunto mais adiante), ao exigir uma energia articulatória maior, acarreta certa *altura melódica* da vogal na sílaba acentuada que conseqüentemente se torna mais audível ou sonora em relação às outras, não acentuadas. Por outro lado, a *altura* pode vir a ser confundida com o fenômeno da *entoação* concernente não aos tons da palavra, mas ao "tom" globalmente afirmativo, negativo, interrogativo, etc., da frase, ao chamado *acento frasal*<sup>(22)</sup>, de que se valem as línguas não-tonais. E nas línguas tonais, a *entoação* não anula os tons<sup>(23)</sup>. Por fim, a coincidência de algumas línguas bantas se valerem da intensidade, mas com valor francamente fonêmico, que recai preferencialmente sobre a penúltima sílaba da palavra, como em português, pode concorrer mais ainda para os tons não serem de todo percebidos.

6. Como tudo indica, essas línguas eram tonais, mas devido em boa parte à interferência do português, cujo ensino é feito habitualmente nas missões em paralelo às línguas locais (V. *Gramática Quimbundo* (Português e Bantu), p. e., do P. Antônio da Silva Maia); ainda que deva ser falada *corretamente* por quem desejar candidatar-se à cidadania portuguesa<sup>(24)</sup>, os tons estejam cada vez menos perceptíveis.

Um bom exemplo nos dá Viegas Guerreiro<sup>(25)</sup> para Moçambique, onde, segundo ele, o "idioma das missões", uma língua semiliterária mesclada de elementos portugueses e bantos, falado por pessoas estranhas ao agregado tribal, tem sido o responsável pela transição que se está processando no maconde de idioma tonal a meio-tonal, vale dizer, a conservação dos tons com valor distintivo somente nos homônimos (Nnungu — tons médio — Deus; nnungu — tons alto e médio — porco-espinho). A diferença dos padrões lingüísticos exige freqüentemente um esforço maior de processos fonêmicas para que a mensagem seja entendida, as quais, segundo Jakobson<sup>(26)</sup>, "em circunstâncias favoráveis podem se infiltrar subsequentemente no uso geral da comunidade falante, quer como uma maneira especial de falar, quer como um novo padrão que se sub-

(21) Gaston Canu e Patrick Renaud, *L'Initiation a l'Enquête Linguistique*, Université Federale du Cameroun, SLAC, 1968, pág. 103.

(22) J. Mattos Câmara Jr., *Dicionário de Filologia e Gramática*, J. Ozon Editores, Rio, 1964, s.v. *acento*.

(23) Bertil Malmberg, *La Phonétique*, Presses Universitaires de France, Paris, 1964, pág. 8.

(24) "Estatutos dos Indígenas da Guiné, Angola e Moçambique", Ministério do Ultramar, Decreto-Lei n.º 39.666, Cap. III, Art. 56, alínea b, in *Mensário Administrativo*,

(25) Viegas Guerreiro — *Os Macondes de Moçambique*, Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, 1966, vol. IV, pág. 35 a 37.

(26) Roman Jakobson, *Fonema e Fonologia*, Livraria Acadêmica, Rio, 1967, pág. 142/3.

titui plenamente ao padrão anterior". É o caso das línguas mandingas cujos tons se acham também em fase de desaparecimento por faladas numa vasta área de África Ocidental por mais de 5.000.000 de pessoas das quais 2.200.000 não são falantes nativos (27).

7. No Brasil, as línguas africanas podem ter passado por um semelhante processo de operações fonêmicas.

Os escravos, ao lado da língua portuguesa, eram necessariamente levados a falar o que se poderia chamar também de "idioma das senzalas" (*senzala*, como em quimbundo: "sanzala", *arruado, vilarejo, comunidade, agrupamento humano*). Seria uma espécie de *língua franca* ou *geral*, devida à necessidade de comunicação entre escravos de diferentes procedências, agrupados numa mesma área ou localidade, uma média dos seus diversos falares, com base naturalmente na língua predominante entre eles por maioria ou por prestígio cultural, mas com os tons certamente em processo de nivelamento, por atuar um idioma não tonal (o português), vamos assim dizer, como catalisador.

Encontraríamos, então, as razões para o dialeto crioulo ou semicrioulo do tipo bantó (congo-angola) nas zonas de mineração de Minas Gerais (28), como possivelmente teria corrido na Bahia um outro do tipo nagô ou iorubá, na segunda metade do Século XIX (29). E a chamada *língua do povo-de-santo* (adeptos dos cultos religiosos afro-brasileiros, ou candomblés, na Bahia) não seria outra coisa senão o estágio mais recente de evolução por que passaram as línguas africanas entre nós, cujos reflexos se notam, de certa forma, na sintaxe e na morfologia da nossa linguagem popular coincidentemente falada pelas pessoas mais humildes dos centros urbanos e dos meios rurais, entre as quais se acham aquela gente-de-santo, vale, aqui, apenas lembrar (30).

O fato é que, sem literatura que de certa forma pudesse sustentá-las, tornando-se o português língua oficial e tão logo decretada a abolição da escravatura, aquelas línguas ficaram reduzidas a um grupo pequeno e fechado, ao povo-de-santo, como língua de caráter quase litúrgico, que, nem mesmo assim, conseguiu resistir à influência morfo-sintática do português, mas em compensação contribuindo para aumentar o número de empréstimos ao léxico do Brasil, como se pode comprovar na toponímia, culinária, música, etc.

Quanto aos tons, é provável que só os mais antigos os guardem, para fins distintivos, nos homônimos mais ligados às cerimônias do culto, e as

---

(27) Diedrich Westermann e Ida C. Ward, op. cit., pág. 139.

(28) Aires da Mata Machado Filho, *O Negro e o Garimpo em Minas Gerais*,

(29) Yêda Pessoa de Castro, *A Sobrevivência das Línguas Africanas no Brasil: sua influência na Linguagem Popular da Bahia* in "Afro-Ásia", Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, n.º 4/5, 1967, pág. 25.

(30) V. o que diz a respeito dos falares brasileiros, Serafim da Silva Neto, *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, Ministério de Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1963.

tantigas-de-santo (de invocação aos deuses), pelo seu aspecto não profano e ritual, os conservem de certa forma, ajudadas ainda pela coincidência rítmica e musical<sup>(31)</sup>.

No mais, as palavras tomadas de empréstimo tiveram por inevitável de amoldar-se à nossa estrutura fonético-morfológica, em geral condicionando o acento tônico, em português, ao tom relativamente mais alto ou à vogal mais longa da sua forma original, como podemos comprovar pelo estudo comparativo da língua do povo-de-santo e dos africanismos que, a toda hora, por intermédio dela, estão-se passando para a linguagem popular da Bahia e daí, muito provavelmente, para o léxico da língua do Brasil. (Cf. do iorubá: ebó, ebá, iaó, babaláô, xangô, etc.).

Tal problema se prende à dicotomia *língua tonal/não-tonal*, cujo entendimento é de importância fundamental na determinação da origem dos africanismos do Brasil, entre eles, os etnônimos.

8. No discurso seguido de sons, certos fragmentos da cadeia falada são colocados em destaque, em confronto com outros fragmentos. Tais particularidades, os acentos, podem afetar o fonema ou um grupo de fonemas, isto é, a sílaba, por uma intensidade maior ou por uma altura maior. No primeiro caso, temos o acento de intensidade ou dinâmico, e no segundo, o acento de altura ou tons.

As línguas não tonais se apóiam na intensidade, determinada pela força expiratória que dá ao movimento ondulatório maior ou menor número de vibrações por segundo. Numa série fônica a intensidade permite estabelecer o contraste entre sílabas acentuadas e sílabas não-acentuadas. A sílaba acentuada é pronunciada com uma energia articulatória maior que acarreta a elevação do tom da voz ou certa altura melódica, favorecendo o alongamento das vogais em relação às não-acentuadas<sup>(32)</sup>, as quais tornam-se mais sonoras ou audíveis, o que, no entanto, pode ocorrer também em sílabas não-acentuadas. O acento será tônico e a vogal da sílaba acentuada será aguda em relação às outras, não-acentuadas ou átonas. Logo átona é a sílaba de menos intensidade que as tônicas, de onde se depreende que os termos átona e tônica são aqui imprópriamente aplicados, por não estabelecerem distinção entre as sílabas do ponto-de-vista do "tom".

A posição do acento de intensidade, de valor francamente fonêmico, em algumas línguas é predominante numa sílaba determinada (em francês, geralmente na última), enquanto em outras ele é inteiramente imprevisível, assumindo, então, neste caso, função distintiva, como costuma

(31) É o que temos verificado em nossas pesquisas, mas sempre entre os mais antigos pais e mães-de-santo dos cultos jeje e nagô. Entre os homônimos a que nos referimos, está "igbin", um caracol consagrado a Xangô.

(32) "... dans une langue comme le portugais, la durée contribue de façon décisive à la mise en valeur de la syllabe accentuée, alors qu'en castillan la voyelle de cette syllabe n'est pas plus longue que celle d'une syllabe non accentuée suivante". A. Martinet, *Éléments de Linguistique Générale*, Librairie Armand Colin, Paris, 1965, pág. 85.

acontecer em português nos homônimos (*sábia, sabia e sabiá; regulo e régulo*) em que o acento de intensidade dá aos vocábulos valores significativos e diferenciais (33).

Já nas *línguas tonais* essa função distintiva se apóia na *freqüência*, isto é, nas variações de altura da voz (tom laríngeo), proveniente do número de vibrações das cordas vocais por segundo (34). Cf. Iorubá: "ara", *corpo*; "ará", *parente*; "àrà", *trouvão 'dù'*, *procurar*; "dù", *prêso*; "du", *correr*.

Tem-se, neste caso, em vez do *acento tônico ou de intensidade*, isto é, o contraste entre *sílabas acentuadas e não-acentuadas*, o *acento de altura ou tons*, isto é, a oposição entre o *abaixamento e a elevação da vogal como traço fônico distintivo e significativo*. "La fonction des tons (Martinet, *Elements...*, pág. 86) est essentiellement *distinctive* — un ton n'existe qu'en opposition avec au moins un autre ton; aussi une langue a t'elle des tons, jamais un ton. La fonction de l'accent est essentiellement *contractive*, c'est-à-dire qu'il contribue à individualiser le mot ou l'unité qu'il caractérise par rapport aux autres unités du même type présente dans le même énoncé. Une langue a un *accent et non des accents*".

9. São ainda as línguas tonais que particularmente se valem da duração, isto é, da oposição entre *vogais longas e breves*, para fins distintivos, porque, neste caso, a duração não está dependente de outro traço fônico, a *intensidade*, que, nas línguas não-tonais, determina *mecanicamente* o alongamento da vogal em sílaba acentuada (35).

Na maioria das línguas africanas, as vogais longas (representadas com um traço sobre elas ou pela duplicação (aa) (respectivamente nos dicionários hauçá e iorubá de Abraham), decorrem principalmente de uma elisão. Se os tons são iguais, conservam-se; caso contrário, combinam-se em ascendente, descendente, descendente-ascendente, etc. Em Iorubá, p. e., "jáàdi" ou "jãdi"; "láálá" ou "lãlá" (o sinal (ã) indicando tom ascendente-descendente) (36).

(33) "É sabido que as palavras portuguesas apresentam uma sílaba mais forte ou intensa (tônica), que pode ser a última, a penúltima ou a ante-penúltima. Essa variedade de posição no vocábulo já mostra que o acento de força ou intensidade (tônico) tem valor fonêmico, é que os vocábulos se caracterizam como oxítonos, paroxítonos e proparoxítonos. Muitos se distinguem de outro com igual qualidade, quantidade e disposição de fonemas pela diversidade da sílaba tônica, o que é decisivo para dar conteúdo fonêmico a um traço de ordem fonética; hajam vista — *sábia*, — *sabia*, — *sabiá*, válido, — válido, contem, —contém, revólver, — revolver, etc., é ainda a repercussão mórfica desse contraste na diferenciação entre forma nominal e formal verbal, como em — *cúmulo* — *cumulo*, *revérbero* — *reverboro*, *número* — *numero*, *dívida* — *divida*, etc." — J. Mattoso Câmara Jr., *Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa*, "Organização Simões" Rio, 1953, pág. 59.

(34) "La même fréquence de vibration donne toujours lieu au même ton, indépendamment des autres qualités des corps vibrant. Plus la fréquence est grande plus le ton est haut et inversement" — Bertil Malmberg, op. cit., pág. 8.

(35) Bertil Malmberg., op. cit., pág. 84.

(36) Kenneth Pike, *Tone Languages*, University of Michigan Press, 1966.

10. Como os tons não anulam a entoação, é muito importante que esta não seja confundida com aquêles. Nas línguas tonais, as variações de altura da voz afetam cada sílaba da palavra e é tão significativo quanto os fonemas que a compõem<sup>(37)</sup>, enquanto nas línguas não-tonais esta altura afeta um ponto da curva melódica descrita pela voz no curso de uma série fônica ou enunciado, o que cria distinções entre tipos de frases (interrogativa, negativa, enfática, etc.)<sup>(38)</sup>. Na línguas tonais, certos pares de palavras (os homônimos, como vimos) não se distinguem a não ser pelos tons, mas em todas as línguas a melodia de entoação é significativa e também tem função distintiva.

11. Logo as línguas tonais diferem das línguas acentuadas no que cada sílaba, e não mais de uma sílaba, é afetada por certa altura melódica, enquanto nas não-tonais esta altura não é pertinente senão na sílaba acentuada. Os tons não se acham condicionados a nenhum outro traço fônico. Os esquemas tonais são assim independentes do contexto, por isso os desníveis de altura melódica entre os tons, na palavra, assumem função distintiva. Formas aparentemente iguais, mas diferentes em tons, são também diferentes em significado, dentro ou fora do contexto.

Conseqüentemente não há uma sílaba que a rigor seja pronunciada com muita "fôrça" e sílabas pronunciadas com pouca "fôrça". Ao contrário, há vogais que por serem mais agudas (pronunciadas mais alto) ou por serem longas (pronunciadas com maior duração) acusticamente impressionam mais do que as outras ao falante de língua não-tonal. É uma tendência natural, determinada pela necessidade de acomodar aos hábitos articulatorios da própria língua os fonemas adquiridos, a de ir-se buscar na vogal mais alta ou mais longa a idéia fônica diferencial, passando assim para tônica a sílaba onde essa vogal se encontrar.

Como em latim vulgar, a passagem do ritmo tonal ao intensivo motivou o desaparecimento da quantidade da vogal como traço fônico distintivo. Os vocabúlos de procedência africana que se incorporaram à língua portuguesa no Brasil perderam não só aquela oposição de vogais longas e breves, como a outra de vogais altas, médias e baixas, passando dessa forma a terem vogais em sílabas acentuadas e não acentuadas, em obediência ao sistema rítmico das línguas não-tonais.

Cf. *Nagó* de "ànagó"; *Oió* de "òyó" (o aberto) *Egbá* de "Egbá"; *Hauçá* de "Hausá" ("Hauça", em Morais, que também registra "Haussá", mas com ss); *Nupé* de "Nupé". Todas oxítonas como se acham em NR, embora para este último haja uma acentuada tendência de dizer *Nupe*, paroxítono, provavelmente por analogia ao sinônimo *Tapa*, muito mais conhecido no Brasil (V. NR, pág. 166), por intermédio do iorubá ou fon "Tápà" ou "Tákpà", ou a outros paroxítonos como *Axante* de "Asaante", *Fante*

(37) "Un mot ou un monème n'est parfaitement identifié que si l'on a dégagé ses tons aussi bien que ses phonèmes" — A. Martinet, op. cit., pág. 79.

(38) "Les variations musicales de la parole sont utilisées très différemment selon les langues. Dans la plupart des langues européennes la mélodie est surtout importante pour la phonétique de la phrase" — A. Martinet, op. cit., pág. 94.

de "Faante". *Banta* (como aparece na 3.<sup>a</sup> edição de NR, após a reforma ortográfica, e já assim consignada em todos os dicionários) de "baantu", de onde copiamos as formas "bantu", do inglês, e "bantú", do francês.

Logo "Yorubá" daria *Iorubá*, como se acha em NR desde a primeira edição e já consagrada, como oxítone, pelo uso geral na Bahia, centro brasileiro de irradiação dessa cultura. Por estas razões, é muito provável que a forma *Iorubá* supere a concorrente *Ioruba* (abonada nos dicionários com referências a Arthur Ramos, Renato Mendonça e Jacques Raimundo que, como João Ribeiro, grafa "Joruba", do alemão), paroxítone talvez por ter sido copiada do inglês, língua oficial da Nigéria Ocidental, onde os nagôs são assim chamados<sup>(39)</sup>.

12. Em compensação, as vogais que passaram a ser tónicas não perderam o *timbre*, isto é, a distinção entre *vogais abertas e fechadas*, representadas as primeiras em iorubá com um ponto sob elas e, pelos autores portugueses, nas línguas de Angola e Moçambique, pelo acento agudo (é).

Cf. *Nagô* de "anagó" (ainda é Morais que traz nagó), *Ewé* de "Ewe", *Oió* de "Oyó" (o aberto), *Nupé* de "Nupee".

## II. A adaptação morfológica e a ortografia.

1. O *Acórdo Ortográfico* de 1943 recomenda que os nomes próprios de origem estrangeira, correntes no vernáculo, sejam tanto quanto possível apórtuguesados, segundo as mesmas normas estabelecidas para os nomes comuns, mas levando em consideração as formas que já foram consagradas pelo uso. Conservarão, porém, a sua grafia original os que se não prestem à adaptação em português. Naturalmente tais normas são ditadas pela necessária correspondência de valores dos fonemas que ocorrem em português e na língua de origem da palavra em caso.

2. A coincidência das línguas bantas e da Costa Ocidental de África, de que estamos a falar, apresentarem uma estrutura silábica semelhante à nossa do Brasil, facilitou sensivelmente o processo de adaptação morfológica, ainda que não haja uma correspondência satisfatória de valores dos fonemas, como veremos adiante.

Nelas as *silabas terminam sempre por vogal o* que só não acontece em português, nas silabas terminadas por -r, -l, -s ou por semivogais, e, nestas, a tendência, notadamente na fala popular, é a vocalização (Brasil dito *Brásiu*) ou a redução (rezar, *rezá*; chorou, *choró*), no que se tem visto

---

(39) Lidia Cabrera também registra *Ioruba*, paroxítone, talvez pelas mesmas razões (in *Anago*, vocabulário *Lucume*, Editora La Habana, Cuba). V. Artur Ramos, *Introdução à Antropologia Brasileira*, Livraria Editora Casa do Estudante do Brasil, Rio, 1961; Renato Mendonça, *A Influência Africana no Português do Brasil*, Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 1935; Jacques Raimundo, *O Elemento Afro-Negro na Língua Portuguesa*, Renascença Editora, Rio, 1933 e João Ribeiro, *A Língua Nacional*, Edição da Revista Brasileira, São Paulo, 1921.

influência africana<sup>(40)</sup>, por serem mais comuns em áreas de maior população negra<sup>(41)</sup>, fenômeno que não cabe discutir agora.

Cf. ànagó - V CV GV / nagó - CV CV

nupee - CV CV / nupê - CV CV

Com poucas exceções, predominantes nos casos de fonema nasal, inicial de palavras, em geral nas línguas bantas (nzambi - mbongo), a vogal se constitui *centro de sílaba*, o que invariavelmente acontece em português. Em outras palavras, na seqüência de sons que formam a sílaba, a vogal é acusticamente o *ponto culminante* da sílaba, isto é, o ponto mais sonoro em relação aos fonemas vizinhos<sup>(42)</sup> ou, então, é ela sozinha a própria sílaba.

Cf. Ewe - [V] C[V] / Ewê - [V] C[V]

Ijesá - [V]-C[V] C[V] / Ijexá - V-C[V] C[V]

3. Já muitas consoantes correntes nas línguas africanas não ocorrem em português, principalmente no do Brasil. Daí a variedade de formas para o etnônimo Nupê e a confusão na grafia de Egbá.

Antes de passar aos comentários, queremos lembrar que o nosso objetivo é dar uma notícia geral sobre as línguas africanas e também por dificuldades de tipografia, evitaremos transcrições fonéticas e termos estritamente técnicos, mas transcreveremos o quadro das consoantes ocorrentes em África para quem possa interessar.

A página 166, ao lado de "Tapas", NR traz "Nifês" e "Nupês". A alternância p/f deve-se ao fato de ser o fonema em caso, naquela língua do grupo kwa da Costa Ocidental de África (Westermann, op. cit.), uma africada bilabial, que não ocorre no português do Brasil. Seria uma "combinação" de duas consoantes acusticamente parecidas p+f - (explosiva bilabial + fricativa labio-dental), como em alemão - "Pferd". A forma "Nufê" vem do hauçá "Nufê", como *Tapa* vem do iorubá ou fon "Tápa" ou "Tákpá", designação esta por que mais ficaram conhecidos os nomes no Brasil, segundo NR "os negros que mais se fundiram com os Haúçás" (pág. 166). "Nifê" e "Nufê" decorrem do maior fechamento dos lábios na pronúncia da vogal bilabial -u-, como em francês "rue", que a um ouvinte desavisado soa como -i- bem fechado, como o -pf- pode soar a -p- ou a -f-. A forma recomendada é *Nupê*, em português (Nupe, em inglês).

4. Fonemas semelhantes se acham nas designações *Pullo*, pl. *Fulbé*, que deram em francês "Peul" (arbitrariamente ortografado "Peuhl") e "Foulbé"; em inglês "Fulani". Entre nós, temos ainda "Fula", "Filâni" e "Fulâni". Razões históricas leva-nos a aconselhar a forma *Fulâni*, em

(40) Cf. Mário Marroquim, *A Língua do Nordeste*, Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 1945; Antenor Nascentes, *O Linguajar Carioca*, Organização Simões, Rio, 1955.

(41) Comparar as ocorrências na Bahia pelas cartas de *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (Nelson Rossi, INL, Rio).

(42) A propósito de vogal silábica, v. Roman Jakobson, op. cit., pág. 115 e A. Martinet, op. cit., pág. 50. Para o português, v. j. Mattos Câmara Junior, PEPF, op. cit., pág. 67.

português, paroxítona, plural de "Filaawa" ou "Fula" em hauçá ou mandinga, à outra "Fulanim" (que corresponderia ao iorubá "Fùlání"), só raramente ouvida na Bahia e por evidente influência francesa (43).

5. Entre "Egbá" e "Eubá", como transcreve Arthur Ranhos (44), é preferível conservar a forma de NR — *Egbá*. Trata-se de uma consoante lábio-velar (-gb →) que ocorre em iorubá, mas não ocorre em português. Como -pf →, seria uma "combinação" de fonemas g + b, que parece ouvir-se uma simples bilabial -b-, ou com o apoio de um -u-, em lugar da implosiva velar -g-. Aí está a razão do seguinte comentário de NR (pág. 157): "Na palavra Egbá, p. e., muitos negros não pronunciam o -g-, donde vem encontrar-se em documentos do traffico e da escravidão a designação de negros Ebá, ou simplesmente negros Bá". Poderia ser escrito *Ebá*, mas não o aconselhamos porque, além de ser um nome próprio (Egbá, povo da Nigéria Ocidental), não cria nenhum problema de leitura, enquanto a forma *ebá* reservamos para o substantivo comum, *pirão de água com farinha*, já difundido na linguagem popular da Bahia.

6. Sobre "Ijesá", comenta NR, à pág. 157: "O s yorubane tem aqui o som de x (diríamos nós, representa) e o j de dg; a palavra se pronuncia pois "idêxá" que facilmente soa "di gêxá", donde provieram para os documentos os negros Gêxás". Realmente, nesta palavra, nome de um povo da cultura iorubá, temos uma africada palato-alveolar que ora soa como se fôsse a "combinação" de dois fonemas -d + j-, como *cage*, *Jennifer*, em inglês, que em português poderá ser representada apenas por -j-, e uma fricativa palato-alveolar, grafada na língua de origem com -s- e um ponto sob êle, correspondente ao -x- em português, segundo recomenda o *Acôrdo Ortográfico* para palavras de origem africana ou indígena. Logo *Ijexá*, bem assim *Jeje*, *Axante*, *Anjico*, *Monjolo*, *Anexó*.

7. Há, porém, nas línguas africanas um fonema intermediário — uma variante dialetal de pronúncia — da fricativa dental surda -s- (que, na forma aportuguesada se representa com -c- ou -ç-, p. e., *Hauçá*, de "Hausaa" e *Grunce*, de "Gruunsi", conforme recomendações do *Acôrdo Ortográfico*) e a fricativa palato-alveolar, aportuguesada com -x-, que vem explicar as formas "Grúnxis", "Gurúncis" ou "Grúncis" (45), "Ijesá" e "Asante".

8. *Hauçá* é a forma mais indicada, com -ç-, como vimos, e h- inicial que, em sendo "etimológico", se conserva, como em *Mahi* (Jeje-mahi), segundo o *Acôrdo Ortográfico* de 1943. Tal fonema, que corresponde a uma aspirada, levou NR (pág. 159) a dizer que "entre nós, a população inteira, africanos como nacionais, pronuncia corretamente ... não se compreende a razão por que haviam os nossos historiadores de crismá-los de Uças... ou Ussás".

(43) H. Ladouret, "La langue des Beuls ou Foulbé; in Mémoires de L'IFAN, n.º 16, Dakar, 1952, págs. 3/5.

(44) Artur Ramos — Op. cit., pág. 252.

(45) Sobre os Grunces, há um estudo inédito de Vivaldo da Costa Lima: *Os Grunce da Bahia*.

9. Um fenômeno comum na linguagem popular do Brasil e também nas línguas africanas é a alternância r/l (caruru/calulu; abará/abalá) a que, por isso mesmo, já se procurou atribuir influência africana, ainda mais por ocorrer em zonas de maior população negra<sup>(46)</sup>.

Trata-se, em África (cremos que aqui também), de uma variante dialetal de pronúncia, fenômeno de natureza puramente fonético, decorrente de uma leve diferença na pronúncia do -r- ou do -l-, consoantes homorgânicas, sonoras, ambas pronunciadas com a ponta da língua junto aos alvéolos, mas, enquanto na líquida lateral (-l-) há simplesmente o escapamento de ar pelos lados da língua, na líquida vibrante (-r-), ao lado disto, há ainda a vibração da língua em geral contra os alvéolos. Temos, então, os etnônimos *Ardra* e *Alladd* (conhecidos em Cuba por *Radd* e *Aradá*), tôdas variantes dialetais igualmente<sup>(47)</sup>. A forma já consignada nos mapas do Daomé é *Allada*, oxítone, talvez por influência francesa, língua oficial daquele país. Escreveríamos em português *Aladd*.

Em *Rebolos*, *Libolos*, grupo quimbundo, situado ao sul e ao oeste do rio Cuanza, em Angola (Bryan, op. cit., pág. 63), observamos outra alternância — e/i. Resulta de uma vogal parecida ao -i- inglês, de "bit", e ao -i- alemão, de "bist", sendo realmente, para nós, muito difícil não tomar êste som por -e- ou por -i-, como o -l- por -r- e vice-versa.

10. A síncope de vogais pré-tônicas ou de consoantes iniciais em sílabas pré-tônicas são fenômenos comuns nas línguas africanas e, na maioria dos casos, assim se passaram os africanismos para o português do Brasil. Temos, entre outros, os etnônimos *Nagó*, de "anagó"; *Mina-nexó*, de "Mina-Anecho" (região Mina do Togo); *Mina-sante*, de "Mina-Assante"; *Grunce*, de "Gurunsi"; e *Anjico*, de que NR não encontramos "vestígios" (pág. 178) e a explicação dada para êste etnônimo é aquela de haver sido assim chamados no Brasil os macua de Moçambique pela sua pele vermelha, semelhante à cor da acácia-angico, planta brasileira da família das leguminosas (Aulete, s. v.)<sup>(48)</sup>.

*Anjico* resulta do plural, feito com o acréscimo do prefixo *ba-* ou *ma-*, de "Njinju, Ndiziku ou Nziku", grupo teke-yan do Congo ex-belga (Bryan, op. cit., pág. 29), e não de Moçambique, como disseram Spix e Martius<sup>(49)</sup> (citados por NR, referido por H. Baumann e D. Westermann como "Anzichi, Anziques"<sup>(50)</sup>), e por Selligmann (a quem Arthur Ramos cita), sob a forma "Anziques e Angica"<sup>(51)</sup>.

(46) Entre os mais recentes está o *Vocabulário de Termos Populares e Gíria da Paraíba*, de L.F.R. Clerot (Rio de Janeiro, 1959, 1.º edição, pág. 6).

(47) Dietrich Westermann e Ida C. Warp, op. cit., pág. 33.

(48) Souza Carneiro, *Os Mitos Africanos no Brasil*, Cia. Ed. Nacional, 1937, pág. 494.

(49) Spix e Martius, *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, Edições Melhoramentos, 2.º edição, São Paulo, Tomo II, pág. 183.

(50) H. Baumann e D. Westermann, *Les Peuples et les Civilisations de l'Afrique*, Peyot, Paris, 1962, pág. 172.

(51) C. G. Selligman, *Races of Africa*, Oxford University Press, Londres, 1961, pág. 183.

11. Só o entendimento do fato de que este etnônimo resulta de um plural, assim como *Maconde*, *Macua* e *Banto*, nos levaria à explicação dos *Congo-Monjolo*, de "Ndolo", do grupo ngala, também do Congo ex-belga. O brasileiro Morjolo, para o nome do povo, decorre do fato de ser o -d, neste caso, uma dental palatal chiente, como ocorre na pronúncia normal do Brasil<sup>(52)</sup>, muito generalizada na Bahia<sup>(53)</sup>, quando as dentais -t- e -d- se seguem -e- ou -i- (No, leite, dia).

12. Tal palatalização observamos ainda nas formas "tshi" e "Odji" (NR, pág. 222), variantes dialetais de *Twi* (grupo kwa da Costa Ocidental de África, in Westermann, pág. 76), a que preferimos, sem aportuguesar para "tui", onde a palatalização desaparece, e por assim encontrar-se no dicionário de Berry, "the first one of a series specially prepared for use in Ghana schools"<sup>(54)</sup>. Ademais, o -w- é recomendado pelo *Acôrdio Ortográfico* para palavras de origem estrangeira não correntes no vernáculo, como é o caso desta, já aceita em tôdas as línguas sob a forma gráfica *Twi*, do mesmo modo que *Kwa*.

13. Para *Ewé*, aconselhamos esta forma, oxitona, com -w- também, por motivos semelhantes ao caso anterior. O -w- aí representa uma fricativa bilabial, isto é, um fonema intermediário entre -f- e -v-, que, nas pronúncias dialetais, ora soa com um -u- de apoio ("Eoué", em francês) ou com uma aspirada -h- ("Ehwe", em alemão), dando margem ao seguinte comentário de NR (pág. 158): "Alguns negros gêges conhecem o termo genérico Ewe, cuja pronúncia melhor se representaria acrescentando à palavra francesa Eoués um h fortemente aspirado". Nota-se, logo, nas transcrições dadas por NR "éuê ou ewe" (pág. 208) e "Ewes e Evés" (pág. 161), influência francesa ou inglesa. Ficaremos com *Ewé*, língua da Costa Ocidental de África, também do grupo kwa (Westermann, pág. 83), que NR confundiu com Jeje, do qual fazem parte ainda o Mahi, o Anexô e o próprio Fon ou Jeje.

As demais formas para os etnônimos que se acham em *Os Africanos no Brasil* não mereceram a sua inclusão neste trabalho por não se constituírem em um problema de ortografia. Alguns, sim, têm problemas quanto à sua determinação, mas isto já é outro caso.

#### Formas ocorrentes no Brasil

Nagô	anagô, nagoa, nagó, nagot
Monjolos	monjofos
Jeje	gêge, gêgi, djedje
Anzico	anzico, anzique, angica, angico
Axante	achanti, ashanti

(52) V. *Normas para a Língua Falada no Teatro*, MEC, Rio, 1958, pág. 490.

(53) Cf. as cartas do *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, já citado.

(54) J. Berry, *English. Twi, Asante, Fante Dictionary*, Stephen Austin & Co. Limited, Londres, 1960, pág. 3.

Fulâni	fulanim, filani, pheul, peuhl, pullo, fulbé, fula
Hauçá	haussa, haussá, ussá, uçá, aussá, auçá
Egbá	eubá, ebá, bá
Ewé	ewe, ehwe, eoué, eué, evé, efé
Grunçe	gurunci, grunci, gurunxi, grunxi
Libola	rebolo
Twí	otshi, odji, tshi
Iorubá	yoruba, ioruba, joruba, yorubá
Fante	fanti
Ijexá	ijesá, igesá, igexá, gexá
Alladá	ardra
Anexó	anécho
Nupê	nupe, nufe, nife

#### Designações brasileiras

Jeje	povos de língua fon do Daomé
Nagô	os iorubá da Nigéria Ocidental e do Daomé Oriental
Tapa	os nupê da Nigéria
Monjolo	os ndolo do Congo ex-belga.
Anilco	os nziku do Congo ex-belga.
Rebolo	os libolo de Angola.

### AFRICAN ETHNOMY AND OCCURRENT FORMS IN BRAZIL

"*African ethnomy and occurrent forms in Brazil*" is a study of critical revision in the different denominations given to the African peoples in Brazil. Starting from Nina Rodrigues' *Os Africanos no Brasil*, YPC, a linguistic researcher in CEAO, points out the importance of the linguistics analysis in the studies about Negroes in Brazil, mainly for the identification of the cultural groups which were introduced into the country during slavery, since these denominations are only known under such a variety of forms. The author points out the most appropriate written form for each name listing at the ending of the work, calling the attention to the fact of inappropriate orthography has been causing to many mistakes about the slaves origin in Brazil. The first part is concerning the accent of intensity in Portuguese and its relation to the high pitch or the long vowel in the African tone languages. It also studies the process of phonemic operations which took place amongst the African languages in Brazil up to the point of the losing of the tones, from what YPC calls "the slavery-quarters idiom" up to the religious language of the Afro-Brazilian cults (língua-do-povo-de-santo).

The second part is concerning to the problems of orthography and morphological adaptation of African names in Brazil according to its correspondance to the Portuguese as spoken in Brazil.

## ETHNOMIE AFRICAINE ET FORMES OCCURRENTES AU BRÉSIL

"Ethnomie Africaine et Formes Occurrentes au Brésil" est une étude de révision critique sous plusieurs dénominations données aux peuples africains au Brésil. Prédépendant de Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil*, YPC, spécialiste linguistique do CEAO, relève la valeur de l'analyse linguistique dans les études sur les nègres au Brésil, surtout à l'égard de l'identification des groupes culturels qui ont été adoptés dans le pays pendant l'esclavage puisque ces dénominations ne sont connues que sous des formes très variées. L'auteur relève la forme écrite la plus juste à chaque nom cité à la fin de l'ouvrage, portant l'attention sur le fait d'une orthographe inexacte qui apporte bien d'erreurs à l'égard de l'origine des esclaves au Brésil. La première partie se rapporte à l'accent d'intensité en portugais et sa relation jusqu'au diapason ou la voyelle longue dans les langues africaines. Il étudie aussi le procédé des opérations des phonèmes qui a eu lieu parmi les langues africaines au Brésil, jusqu'au point de perdre les tons de ce que YPC appelle "L'idiome des quartiers d'esclavage", jusqu'à la langue religieuse des cultes afro-brésiliens (*lingua-de-povo-de-santo*).

La seconde partie se rapporte aux problèmes d'orthographe et d'adaptation morphologique des noms africains au Brésil selon leur correspondance avec le portugais parlé au Brésil.

### DICIONÁRIOS CONSULTADOS:

1. Moraes, Antônio de — *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Editora Confluência, Lisboa, 1959, 12 volumes.
2. Aulete, Caldas — *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, Edição Brasileira por Hamílcar de Garcia, Editora Delta S.A. Rio de Janeiro, 1958, 5 volumes.
3. Figueredo, Cândido de — *Dicionário da Língua Portuguesa*, Livraria Bertrand, Lisboa, 2 volumes.
4. Abraham, R. C. — *Dictionary of Modern Yoruba*, University of London Press Ltd., Londres, 1958, 1.<sup>a</sup> edição.
5. Abraham, R. C. — *Dictionary of the Hausa Language*, University of London Press Ltd., Londres, 1962, 2.<sup>a</sup> edição.
6. Crowther, Rev. Samuel — *A Vocabulary of the Yoruba Language*, Londres, 1852.
7. Nogueira, Rodrigo de Sá — *Dicionário Ronga Português*, Junta de Investigação de Ultramar, Lisboa, 1960.
8. Maia, Antônio da Silva — *Dicionário Complementar Português-Kimbundo-Kikongo*, Editora Missões, Cucujães, 1964.

O Acórdo Ortográfico encontra-se na íntegra, no vol. XII de Moraes.